

Plebiscito: um assunto polêmico

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto ainda não antecipou a posição de Governo em relação à antecipação da revisão constitucional. Isso porque, a idéia de antecipar a reforma e o plebiscito, previstos para 1993, encontra oposições dentro do próprio Governo. Assessores diretos do Presidente apontam alguns inconvenientes para viabilizar um acordo em torno da proposta: o calendário eleitoral e a dificuldade para Collor assumir a defesa do plebiscito durante seu mandato. Pela Constituição, a decisão sobre a forma e o sistema de Governo deve anteceder a revisão do texto em vigor.

Para evitar o surgimento de eventuais problemas, que poderiam obrigar o Governo a entrar num campo de barganhas com o setor político, o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, teve o cuidado de esclarecer sua proposta. Ele concorda com a antecipação da revisão, mas prefere não antecipar o plebiscito, marcado para setembro de 1993. Isso equivaleria a uma inversão do cronograma da Constituição de 88, que ele ajudou a elaborar.

Apesar de defendê-la publicamente, Passarinho ainda não discutiu essa tese com Collor. O Presidente tem preferido a discrição, não tratando desse assunto nem mesmo com seus principais interlocutores.

— A questão constitucional é com o Congresso — costuma dizer Collor.

Passarinho, porém, está disposto a submeter a proposta ao Presidente nos próximos encontros. Collor, que já defendeu pu-

blicamente o parlamentarismo como o sistema ideal de Governo, também quer evitar decisões precipitadas. Um de seus auxiliares ressalta que a preocupação maior do Governo agora é acabar com a inflação. Questões de natureza política ficarão para o próximo ano. Antes de qualquer negociação, Collor precisa saber com quem contará no Congresso. Mas uma coisa o Presidente já decidiu: não pretende liderar qualquer movimento pró ou contra a antecipação e também não vai se colocar na linha de frente quando for convocado o plebiscito para decidir o sistema de governo.

No Palácio do Planalto, o Ministro da Justiça já tem um aliado para levar adiante sua tese: o Consultor Geral da República, Célio Silva. A exemplo de Passarinho, ele defende a antecipação da revisão, antes do plebiscito.

— De que adianta deixar para 93? O Presidente não pode fazer nada diante de uma Constituição híbrida — ressaltou Célio Silva.

Entre os auxiliares de Collor, há quem defenda o cumprimento da Constituição.

— Se o Congresso promove uma reforma voltada para o presidencialismo e o povo aprova o parlamentarismo? Vamos repetir o erro da Comissão de Sistematização — lembra um assessor da Secretaria Geral da Presidência.

Outros assessores da Consultoria Geral concordam que o ideal seria fazer uma espécie de operação casada: primeiro, o plebiscito; e, em seguida, a revisão constitucional.